

1. • Lei n.º 52/2018

Estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos legionários e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto

2. • Portaria n.º 25/2021

Estabelece a classificação do risco e as medidas mínimas a serem adotadas pelos responsáveis dos equipamentos, redes e sistemas, previstos no artigo 2.º da Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, em função da avaliação do risco de contaminação e disseminação da bactéria Legionella que decorra dos resultados analíticos apurados, no âmbito do programa de monitorização e tratamento da água

3. • Despacho n.º 1547/2022

Determina os procedimentos técnicos para a realização do Programa de Monitorização e Tratamento da Qualidade da Água

4. • Despacho n.º 1618/2022

Qualidade do ar no interior dos edifícios – Procedimentos de registo das obrigações previstas nos 3 a 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 101 -D/2020, de 7 de dezembro, na sua atual redação, e o regime de avaliação simplificada anual de requisitos relacionados com a qualidade do ar interior

5. • Decreto-Lei nº 145/2017

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa

6. • Regulamento (UE) n.º 517/2014

O Regulamento (UE) n.º 517/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, estabelece o regime relativo ao controlo de determinados gases fluorados com efeito de estufa